

O combate às alterações climáticas começa nas nossas próprias casas



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI
– Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

A consciência global acerca da importância das alterações climáticas e da necessidade imperiosa de aumentar a resiliência perante fenómenos naturais intensos não constitui propriamente uma novidade. Em Portugal, questões como a preservação dos oceanos, a gestão dos recursos hídricos, a produção de energias renováveis ou a proteção da orla marítima, foram assumidas como prioritárias e, se é certo que, ainda há muitos investimentos por concretizar, também se deve reconhecer o esforço desenvolvido nos últimos anos.

Por estes dias, a realização, em Madrid, da COP 25, a Cimeira da ONU sobre as alterações climáticas e a passagem por Portugal da jovem ativista Greta Thunberg, levaram à intensificação de um debate que, não sendo novo, não deixa de ser positivo e, sobretudo, constitui uma oportunidade para os diferentes setores de atividade identificarem, nas suas áreas, as matérias mais críticas e que necessitam de ações concretas e imediatas.

No Setor da Construção e do Imobiliário, existem, desde logo, dois desafios que são decisivos para um futuro mais sustentável. Por um lado, a questão do investimento público em infraestruturas que reduzam a dependência dos combustíveis fósseis e que promovam a eficiência energética e a economia circular. Para isso, é preciso investir mais, de forma mais criteriosa e com um adequado aproveitamento de recursos comunitários provenientes de uma Europa que também assumiu estes objetivos.

Mas há, ainda uma outra dimensão, que depende em grande medida, dos portugueses e da forma como olham para as suas casas. Há números que apontam para que 36% do consumo de energia, no Mundo, provenha dos edifícios, sendo que estes poderão ser responsáveis por

40% das emissões diretas e indiretas de CO₂. É necessária uma maior consciência ambiental perante o nosso edificado, e a adoção de soluções que, por exemplo, melhorem o comportamento térmico, que introduzam tecnologias de informação e gestão ou soluções para carregamento dos veículos elétricos. Os incentivos por parte do Estado são, seguramente, componentes importantes e, um bom exemplo é o Programa Casa Eficiente 2020, que conta com a participação da CPCI. Lamentavelmente constatamos que esta iniciativa não está a produzir os resultados esperados, tal como acontece noutros programas europeus, devido à falta de atratividade das condições financeiras disponibilizadas pela Banca.

Contratar empresas qualificadas, que oferecem soluções eficientes, que respeitam as melhores práticas ambientais, também é proteger o planeta das alterações climáticas. Garantir que os resíduos das obras são convenientemente tratados e valorizados, que as normas de segurança são cumpridas e que a empresa contratada detém seguros obrigatórios e respeita regras exigidas para o exercício da sua atividade, é salvaguardar o futuro e promover a sustentabilidade.

E, discriminar positivamente as empresas cumpridoras, escolher a competência e a qualidade, ao invés da informalidade e, muitas vezes, da ilegalidade, não é, apenas, correr menos riscos e escolher soluções mais eficazes e, provavelmente, mais baratas a prazo. É contribuir para menores emissões de gases com efeito de estufa, para um menor consumo de energia e para a promoção de modos sustentáveis de vida. Porque, se a defesa do planeta é uma tarefa gigante, maior que todos nós, também não deixa de ser a soma do esforço individual de cada um. E esse esforço começa, desde logo, na nossa casa.